

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**

**UMOJA WA AFRIKA**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

**UNIÓN AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**Sétima Reunião do Comité Técnico Especializado da União Africana de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração**

**03 – 07 de Julho de 2024**

**Tunes, Tunísia**

**STC/MAEPI(VII)/EXP/CN**

**Nota Conceptual sobre o Tema da 7.<sup>a</sup> Reunião do CTE**

**“Reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África: desafios, oportunidades e prioridades políticas para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável”**

## I- Contexto

1. A concretização do objectivo de construir uma África que aspiramos pacífica, unida, próspera e poderosa, no âmbito da Agenda 2063, exige políticas coordenadas a todos os níveis para acelerar os processos de transformação que promovam o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. As premissas desta ambição estão consagradas em várias estratégias continentais, incluindo: o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja de 1991 e a Agenda 2063 para a criação de uma Comunidade Económica Africana através de uma abordagem faseada que inclui, entre outros aspectos, o reforço da cooperação sectorial e a criação de zonas de comércio livre regionais (ZCL), uma união aduaneira continental, um mercado comum e uma união monetária e económica.
2. Não obstante estes planos de desenvolvimento nacionais, regionais e continentais, desde a criação da Organização de Unidade Africana em 1963, as economias africanas têm registado flutuações nas suas taxas de crescimento do PIB, com alguns períodos que suscitaram esperanças de uma África em ascensão. Os períodos de optimismo foram repetidamente afectados por choques externos que levaram a uma tendência descendente das taxas de crescimento do PIB em poucos anos. Por conseguinte, em quase 20 anos, entre 1961 e 2020, o continente registou um declínio do PIB per capita, não obstante o crescimento do PIB, o que sugere níveis de crescimento insuficientes, uma vez que o crescimento da população ultrapassou o crescimento do PIB.
3. Individualmente, os países africanos registaram diferentes trajectórias de crescimento, alternando tipicamente fases de crescimento, estagnação, declínio ou mesmo quedas catastróficas. Países como o Butswana, o Burkina Faso, Cabo Verde, o Egipto, Marrocos e a Tunísia registaram longos anos de crescimento. Outros, como a Libéria, a Serra Leoa e Moçambique, registaram quedas acentuadas do PIB per capita devido a conflitos, antes de recuperarem. Em alguns países, o PIB per capita em 2020 foi menor do que em 1961. Poucos países africanos, incluindo o Botswana, a Guiné Equatorial, Angola e a Etiópia, atingiram taxas de crescimento constantes do PIB superiores a 7% ao longo de duas décadas, mas também registaram recessões em alguns períodos. De um modo geral, os países africanos apresentam padrões de ascensão e queda, indicando desafios fundamentais na estrutura do crescimento.
4. Sabe-se que África enfrenta vários desafios que tendem a limitar a sustentabilidade e a inclusão do seu crescimento. Estes incluem a dinâmica da dívida de África, os impactos da Covid-19, a fraca capacidade institucional e de governação, a dependência dos recursos naturais e dos produtos de base, as alterações climáticas e a insegurança, o investimento, comércio e integração regional limitados e infra-estruturas insuficientes. Embora possam ser considerados desafios, são, de facto, oportunidades que podem ser aproveitadas

para alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o Acordo que institui a Zona de Comércio Livre Continental Africano (ZCLCA) tem o potencial de criar um mercado de USD 4,3 trilhões, com uma população de 1,3 mil milhões de pessoas, com expectativas de atingir um mercado de USD 15 trilhões com uma população de 2,7 mil milhões de habitantes até 2060.

5. Neste contexto, um dos desafios mais intrigantes que dificultam a capacidade de África de manter o seu desenvolvimento socioeconómico é o desalinhamento das políticas públicas a nível nacional, regional e continental com o objectivo esperado de alcançar e manter um elevado desempenho económico. Durante as suas deliberações, os Ministros serão convidados a analisar de forma crítica a questão do reforço da coordenação entre as políticas macroeconómicas e sectoriais em África. A 7.<sup>a</sup> reunião do CTE discutirá e destacará os desafios, as oportunidades e as prioridades políticas para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável através de uma melhor coordenação entre as políticas macroeconómicas e sectoriais em África. O objectivo é colocar cada país africano numa trajectória de crescimento anual do PIB de 7 a 10%, sair do ciclo vicioso da pobreza e, por fim, concretizar a Agenda 2063.
6. É neste contexto que a 7.<sup>a</sup> Reunião do Comité Técnico Especializado de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração será realizado em Tunes, Tunísia, de 03 a 07 de Julho de 2024, sob o tema geral: “Reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África: desafios, oportunidades e prioridades políticas para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável”.

## **II- Desafios e custos da falta de coordenação entre as políticas macroeconómicas e sectoriais**

### **Crescimento irregular e sem criação de emprego**

7. A falta de coordenação entre as políticas macroeconómicas e sectoriais está a reduzir a capacidade de África para alcançar um crescimento inclusivo de 7 a 10% e um desenvolvimento sustentável, conforme previsto na Agenda 2023. Nas últimas quatro décadas, África registou períodos de crescimento que podem ser classificados em três categorias: (i) aceleração do crescimento, (ii) picos de crescimento; e (iii) fracassos. Durante o período de 1960 a 2014, mais de 30 países, incluindo o Botswana, o Burkina Faso, Cabo Verde, o Egipto, Marrocos e a Tunísia, registaram acelerações do crescimento com taxas de crescimento sustentável do PIB de 7% ou mais ao longo de duas décadas. África registou igualmente picos de crescimento em 18 países, sendo que 12 países não foram bem-sucedidos, incluindo a Argélia, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Malawi, Nigéria, Serra Leoa, Zâmbia e Zimbabue. O

desempenho do crescimento de África é ainda menos impressionante em termos per capita em relação a outras regiões do mundo.

8. O impacto dos choques globais causados pela pandemia da COVID-19, as tensões geopolíticas e as alterações climáticas continuam a afectar a trajectória de crescimento de África. Prevê-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de África atinja, em média, 3,8% e 4,2% em 2024 e 2025, respectivamente. Não obstante esta recuperação e esta tendência positiva, o crescimento continua a ser inferior à média pré-pandémica de 5 % e ao nível almejado de 7 a 10 % necessário para a realização da Agenda 2030 e da Agenda 2063.
9. Em África, o desemprego está a aumentar mais rapidamente do que o crescimento. A diferença entre as taxas de desemprego e do PIB é, em média, de cerca de 3,04% entre 2018 e 2024. Esta diferença revela um excedente de mão-de-obra que não é absorvido pelo crescimento do PIB em África. Dados recentes revelam um aumento do desemprego efectivo em África, com um pico histórico de 7,2% em 2021, um ano com um pico elevado do PIB (4,8).

### **Instabilidade fiscal e dívidas**

10. Os países africanos têm níveis relativamente baixos de receitas fiscais em comparação com outras regiões do mundo. De acordo com as Estatísticas de Receitas em África, o rácio médio não ponderado dos impostos em relação ao PIB<sup>1</sup> dos 33 países africanos foi de 15,6% em 2021 e, desde 2020, não registou qualquer alteração. Em comparação, os rácios médios dos impostos em relação ao PIB na Ásia e no Pacífico, na América Latina e nas Caraíbas e na OCDE foram de 19,8%, 21,7% e 34,1%, respectivamente, em 2021. Isso limita a sua capacidade de financiar serviços públicos essenciais, como a educação, a saúde e as infra-estruturas.
11. Para acelerar o crescimento e fazer face a uma conjuntura desfavorável, a maioria dos governos aumentou as suas despesas orçamentais num contexto de redução das receitas. A deterioração das condições financeiras, a redução do espaço fiscal e a diminuição da procura externa conduziram a níveis de dívida crescentes e insustentáveis. De acordo com o relatório do BAD 2023, o rácio médio da dívida em relação ao PIB em África manter-se-á elevado, em 66%, em 2023, e estabilizará em 65%, devido às crescentes necessidades de financiamento associadas ao aumento das facturas de importação de produtos alimentares e de energia, aos elevados custos do serviço da dívida devido a aumento das taxas de juro, às depreciações das taxas de câmbio e aos riscos de refinanciamento da dívida. Além disso, as dificuldades de muitos países em aceder aos mercados internacionais de capitais, associadas à limitada mobilização de receitas, levaram à emissão de dívida em moeda local, que aumentou substancialmente de 35% do

---

<sup>1</sup> O rácio dos impostos em relação ao PIB é medido como receitas fiscais (incluindo as contribuições obrigatórias para a segurança social pagas às administrações públicas) em proporção do produto interno bruto (PIB).

PIB, em média, em 2019 para 42% em 2021. Por conseguinte, a reestruturação da dívida interna deve fazer parte das negociações para a resolução das crises da dívida pública nos países que enfrentam riscos acrescidos.

### **O aumento dos Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI)**

12. Apesar do compromisso de alto nível assumido desde a aprovação da Declaração Especial da Assembleia sobre os Fluxos Financeiros Ilícitos (Doc. Assembly/AU/17(XXIV) em Janeiro de 2015, estimativas recentes sugerem que os fluxos financeiros ilícitos aumentaram da estimativa inicial de USD 50 mil milhões anuais para cerca de USD 89 mil milhões anuais desde 2020. Este montante representa 3,7% do PIB de África. As perdas com os FFI representam cerca de 95% da reconstituição histórica de USD 93 mil milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que faz parte do Banco Mundial e concede empréstimos em condições favoráveis aos países em desenvolvimento. Do mesmo modo, os incentivos fiscais contribuem para uma perda adicional de USD 220 mil milhões. A abordagem destas questões exige esforços concertados para promover a transparência fiscal, aumentar a eficiência e assegurar a responsabilização da administração fiscal.

### **Atrasos na implementação da agenda de integração regional**

13. A abordagem faseada em seis etapas do Tratado de Abuja para a criação de uma Comunidade Económica Africana deveria ter sido concluída em 2000. Não obstante a enorme vontade continental de promover a integração regional como fonte de crescimento económico e de prosperidade partilhada, os lentos progressos registados em vários programas continentais de importância crítica evidenciam a necessidade de esforços coordenados para fazer avançar esta importante agenda. Para além da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), são necessários esforços significativos a nível de implementação para criar uma união aduaneira continental, um mercado comum e uma união monetária e económica com vista à concretização da Comunidade Económica Africana (CEA). No centro deste esforço está a necessidade de aderir e implementar o Programa Africano de Cooperação Monetária (AMCP) relativo aos critérios de convergência macroeconómica para o Banco Central Africano, a criação do Banco Africano de Investimento (BAI), do Fundo Monetário Africano (FMA) e da Bolsa de Valores Pan-Africana. Estas instituições são de importância crucial, uma vez que constituem a Arquitectura Financeira Africana, essenciais para o financiamento sustentável do continente.

### **Impacto dos choques externos nas políticas macroeconómicas em África**

14. As perspectivas de crescimento a médio prazo do continente estão sujeitas a vários riscos de abrandamento, incluindo uma evolução adversa inesperada da economia mundial, choques externos devidos a alterações das condições meteorológicas e instabilidade política, insegurança e potenciais agitações sociais em alguns países.

Apesar do optimismo e da resiliência crescentes, África continua a ser confrontada com múltiplas crises externas. O impacto da COVID-19, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, os recentes acontecimentos entre Israel e a Palestina e as alterações climáticas expuseram a contínua vulnerabilidade do continente a choques exógenos. Estes e outros factores limitaram a capacidade da região para manter a dinâmica de crescimento da década de 2000.

15. Para que o rápido crescimento económico se traduza num desenvolvimento sustentável e inclusivo, África deve seguir estratégias de desenvolvimento que promovam a diversificação económica, criem emprego, reduzam as desigualdades e a pobreza e aumentem o acesso aos serviços sociais básicos. Por conseguinte, só o poderá fazer através da transformação estrutural das suas economias, o que exige uma população saudável com competências relevantes e de elevada qualidade para facilitar a transformação produtiva através da industrialização.

### **III- Justificação e oportunidades para uma melhor coordenação das políticas em África**

#### **A- Justificação para uma melhor coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África**

16. O desenvolvimento económico como um todo não é da competência de apenas um departamento governamental, mas requer coordenação e cooperação entre vários departamentos governamentais. No entanto, é provável que as políticas de desenvolvimento económico sejam ineficazes na ausência de políticas e instituições coordenadas e complementares que apoiem este objectivo global. Exemplos destas políticas complementares em África incluem o apoio macroeconómico, o desenvolvimento das capacidades produtivas e da competitividade, o reforço das infra-estruturas, o desenvolvimento da tecnologia e da inovação, a adaptação às alterações climáticas, o financiamento da industrialização, a integração regional e as políticas de desenvolvimento de pólos de crescimento e de difusão da estratégia de desenvolvimento.
17. São necessárias políticas macroeconómicas e sectoriais bem concebidas para facilitar o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. A coordenação exige uma ponderação cuidadosa do impacto de medidas conexas, como as políticas cambial, monetária e orçamental e as políticas que influenciam o desenvolvimento de infra-estruturas e o clima de investimento, que podem apoiar ou impedir a transformação económica e o crescimento. A planificação do desenvolvimento é uma medida governamental deliberada para coordenar a tomada de decisões económicas de longo prazo e para influenciar o nível de crescimento das principais variáveis socioeconómicas de uma nação, a fim de alcançar um conjunto pré-determinado de objectivos de desenvolvimento.

18. Tendo em conta o actual nível de crescimento económico e as expectativas de atingir um crescimento de 7 a 10% nas próximas décadas até 2063, as instituições frágeis, o défice de infraestruturas, o avanço tecnológico limitado e as competências limitadas para criar uma economia do conhecimento exigem que os países africanos formulem políticas coordenadas para ajudar as empresas e as indústrias a aumentar a sua competitividade nacional e global e a criar e melhorar as capacidades de produção, a fim de incentivar o investimento, aumentar a produção e conduzir a um maior emprego sustentável e qualificado. A promoção da competitividade de África exigirá uma combinação de políticas e estratégias macroeconómicas que promovam a produtividade, resolvam os problemas de competências e de infra-estruturas, incentivem a afetação de recursos e sejam apoiadas por um ambiente de comércio favorável a nível da ZCLCA e a nível internacional.

19. Embora a responsabilidade pelo desenvolvimento económico caiba principalmente aos governos nacionais, a integração regional tem um enorme potencial para melhorar o desempenho de um país. O nível regional pode ser utilizado de forma muito mais sistemática para desenvolver e promover políticas macroeconómicas coordenadas a favor do desenvolvimento. O desenvolvimento de um mercado continental sólido no âmbito da ZCLCA é fundamental para desbloquear o potencial de produção de África e apoiar o crescimento de empresas competitivas a nível mundial. Um elemento-chave de uma estratégia regional consiste em concentrar-se nas cadeias de valor regionais com o objectivo de criar pólos de crescimento. O objectivo da estratégia de criação de pólos de crescimento não é abordar as deficiências do mercado, mas capitalizar os recursos já existentes (tais como infra-estruturas, tecnologia, economias externas, mão-de-obra qualificada, mercados, investimento sólido e ambiente de negócios) numa economia.

- **Políticas macroeconómicas e sectoriais favoráveis ao emprego**

20. O problema do emprego em África só pode ser abordado de forma abrangente reavaliando a forma como concebemos a política macroeconómica e combinando políticas macroeconómicas, de mercado de trabalho e sectoriais num quadro integrado de política de emprego. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana sempre privilegiaram a criação de emprego no continente. Este compromisso foi expresso na Cimeira da UA de Ouagadougou sobre Emprego e Alívio da Pobreza em África, em 2004, e reafirmado na Cimeira de Ouagadougou +10 em 2015, onde foram propostas estratégias-chave, entre as quais se destacava a necessidade de alcançar a coerência política através do desenvolvimento e implementação de políticas macroeconómicas e sectoriais de desenvolvimento favoráveis à criação de emprego, bem como políticas de emprego e de mercado de trabalho para promover um crescimento inclusivo de base ampla e a erradicação da pobreza através da melhoria dos seus resultados em termos de emprego e de

crescimento da produtividade. Por conseguinte, tratando-se de políticas abrangentes, garantem a articulação das políticas de emprego com as políticas macroeconómicas e sectoriais.

## **B- Oportunidades para uma coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África**

21. Apesar de África continuar a resistir aos choques, a sua incapacidade de manter por muito tempo um período de crescimento económico elevado de 7 a 10 por cento para concretizar a visão e as aspirações da Agenda 2063 revela que subsistem vários desafios que têm de ser superados através de políticas macroeconómicas e sectoriais melhor coordenadas. O espaço fiscal de África continua a ser muito limitado, uma vez que os países ainda não atingiram o nível do rácio dos impostos em relação ao PIB necessário para financiar de forma sustentável o desenvolvimento do continente. Além disso, os actuais níveis de dívida interna e externa continuam a comprometer os esforços de investimento em sectores críticos de transformação como a agricultura, a indústria e os serviços. A implementação limitada da Agenda 2063 e dos indicadores dos ODS, bem como o impacto limitado do crescimento nos meios de subsistência e no acesso aos serviços sociais, contribuíram igualmente para o aumento das desigualdades de género, de rendimento e entre as zonas rurais e urbanas. Além disso, o crescimento económico constante de África não tem estado necessariamente associado a uma capacidade reforçada de adaptação aos riscos ambientais associados às alterações climáticas. As secas recorrentes estão a tornar-se cada vez mais comuns em várias partes de África, com impactos extremamente negativos nos meios de subsistência, na produção agrícola e no crescimento económico global.

## **IV- Prioridades políticas para uma melhor coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais com vista a um crescimento inclusivo e ao desenvolvimento sustentável**

22. Tendo em conta os desenvolvimentos acima referidos, os Peritos e os Ministros reflectirão sobre as seguintes prioridades políticas para reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África, com vista a alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável.

### **Coordenação entre políticas orçamentais e monetárias**

23. Tendo em conta a necessidade de uma coordenação eficaz das políticas orçamentais e monetárias, dada a independência de ambas as autoridades na realização dos seus objectivos, os Estados-Membros da União Africana são incentivados a



- (i) Assegurar que o objectivo principal das políticas monetárias e orçamentais vise alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento económico sustentável, mantendo simultaneamente a estabilidade dos preços.
- (ii) Adoptar as medidas coordenadas necessárias para assegurar que as decisões tomadas pelas autoridades monetárias e fiscais não sejam contraditórias, mas se reforcem.
- (iii) Introduzir recomendações e políticas adequadas para aumentar a independência da política monetária, tendo em conta o papel dos bancos centrais para reduzir o domínio fiscal sobre a autoridade monetária, assegurar a autonomia política dos bancos centrais e garantir a independência dos bancos centrais na condução da política monetária com o objectivo de manter a estabilidade dos preços.
- (iv) Adoptar políticas orçamentais sustentáveis para reforçar a estabilidade macroeconómica, um sistema de tributação adequado e um quadro regulamentar do sector financeiro através de programas adequados que favoreçam reformas estruturais.
- (v) Adoptar e implementar uma política monetária anti-inflação, apoiada por uma política orçamental prudente, a fim de reduzir a inflação a um custo mínimo para a economia.
- (vi) Implementar disposições institucionais específicas para evitar conflitos entre as políticas monetárias e orçamentais através de políticas destinadas a eliminar as suas incoerências.
- (vii) Estabelecer organismos separados de gestão da dívida com objectivos, instrumentos e funções distintos para gerir de forma sustentável a carteira da dívida pública.
- (viii) Criar um comité de coordenação que ajude a chegar a um consenso sobre a forma como a dívida e a gestão monetária devem ser conduzidas.
- (ix) Avaliar cuidadosamente a introdução de incentivos fiscais por um período fixo para estimular o investimento, uma campanha para impulsionar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, o reforço da política de concorrência e o desenvolvimento de programas de apoio aos pólos industriais, entre outras iniciativas.
- (x) Uma política cambial consentânea com a melhoria da competitividade internacional, políticas monetárias responsáveis e incentivos industriais específicos caracterizam o novo ambiente de políticas.
- (xi) Adoptar e implementar políticas macroeconómicas e sectoriais favoráveis ao emprego que apoiem a criação de emprego digno através de estratégias

adequadas de desenvolvimento de competências destinadas a aumentar a empregabilidade dos jovens.

- (xii) Adotar e implementar políticas de emprego e formação para reforçar o potencial de crescimento da indústria, alargar as oportunidades de emprego aos desempregados e contribuir, ao longo do tempo, para a redistribuição da riqueza.
- (xiii) Aumentar a mobilização de receitas internas para assegurar a sustentabilidade orçamental e financiar o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável.
- (xiv) A concepção e implementação de políticas industriais estratégicas para acelerar a diversificação económica em África limitariam os efeitos dos obstáculos recorrentes e dos choques globais.
- (xv) O aumento do comércio regional aumentaria a resiliência de África às repercussões do abrandamento económico mundial e reduziria os défices comerciais persistentes.

#### **V- Sétima Reunião do CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração**

24. A análise acima apresentada apoia a necessidade de um diálogo político de alto nível destinado a reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África, com vista a alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável, conforme consagrado na Agenda 2063. É neste contexto que a Sétima Reunião do Comité Técnico Especializado dos Ministros Africanos da UA de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração está a ser organizada sob o tema “Reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África: desafios, oportunidades e prioridades políticas para um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável”. A reunião será acolhida pelo Governo da República da Tunísia, de 03 a 07 de Julho de 2024, em Tunes.

##### ***(a) Objectivos da 7.ª Reunião do CTE***

25. Os objectivos específicos da 7.ª Reunião do CTE são os seguintes:

- Assegurar um entendimento comum por parte dos decisores políticos sobre a necessidade de uma coordenação reforçada entre as políticas macroeconómicas e sectoriais, com vista a alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável em África nas próximas décadas para a concretização da Agenda 2063;
- Proporcionar uma plataforma para os decisores políticos articularem propostas concretas para aprofundar e reforçar a implementação de quadros de políticas

macroeconómicas e sectoriais coordenadas com vista à prosperidade e transformação de África;

- Definir opções políticas e acções concretas para uma melhor coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais, com vista a criar oportunidades de emprego digno e a promover a resistência aos choques actuais e futuros.

### ***(b) Formato da 7.ª Reunião do CTE***

26. A 7.ª Reunião do CTE discutirá várias questões económicas, financeiras e de desenvolvimento de África e fornecerá orientações para o trabalho da Comissão da União Africana, das Comunidades Económicas Regionais e de outras instituições pan-africanas em apoio aos esforços dos Estados-Membros para alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável. Entre as principais características da 7.ª Reunião do CTE destacam-se o diálogo de alto nível sobre políticas, as sessões de debate em painel, as mesas redondas e os eventos paralelos sobre várias questões de desenvolvimento. Foram introduzidas várias inovações para o CTE 2024, a fim de assegurar compromissos pró-activos.

27. As sessões plenárias incluirão debates sobre o tema do CTE, e serão seguidas de debates específicos sobre questões estatutárias fundamentais.

28. Diálogo sobre políticas a nível Ministerial e de Peritos sobre o tema do CTE: “Reforçar a coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais em África: desafios, oportunidades e prioridades políticas para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável”.

29. O diálogo de políticas a nível dos Peritos e dos Ministros sobre o tema do CTE irá reflectir sobre garantir que África desenvolva políticas macroeconómicas e sectoriais coerentes e coordenadas para alcançar o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2063. As questões específicas a debater incluirão a concepção e a implementação de estratégias e políticas eficazes de transformação estrutural que apoiem a criação de emprego, reforcem as capacidades produtivas e resolvam as vulnerabilidades económicas e financeiras para facilitar a transição para uma economia verde.

### ***(c) Resultados previstos da 7.ª Reunião do CTE***

30. Espera-se que a 7.ª Reunião do CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração produza os seguintes resultados:

- Documentação bem articulada dos progressos registados na implementação das recomendações das reuniões anteriores do CTE;

- Uma melhor compreensão da necessidade de uma maior coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais para a criação de quadros institucionais e de políticas coerentes, necessários para alcançar eficazmente o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável em África;
- Recomendações e acções ministeriais estratégicas para uma melhor coordenação das políticas macroeconómicas e sectoriais, a fim de alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável em África;
- Uma Declaração Ministerial que articula as opções e acções coordenadas de política macroeconómica e sectorial necessárias a nível nacional, regional e continental para implementar políticas coerentes com vista a alcançar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento sustentável em África.

**(d) Documentação**

31. Para além da presente Nota Conceptual, um Documento Temático sobre o tema da 7.ª Reunião do CTE e documentos técnicos de base sobre os subtemas das sessões plenárias e sobre questões estatutárias, assim como das mesas redondas e dos eventos paralelos, servirão de base dos debates da reunião do CTE.

**(e) Participação**

32. Os participantes e delegados que se farão presentes na 7.ª Reunião do CTE incluirão Ministros e representantes dos Estados-Membros, Comunidades Económicas Regionais, agências das Nações Unidas, instituições financeiras pan-africanas, instituições académicas e de investigação africanas, parceiros de desenvolvimento e outras organizações intergovernamentais. Os convites serão extensivos a outros parceiros tais como organizações não governamentais e o sector privado.

**(f) Contactos**

33. Para mais informações sobre a Conferência e a reunião do Comité de Peritos, contacte:
- Dr. Patrick NDZANA OLOMO, Chefe da Divisão de Política Económica e Desenvolvimento Sustentável, Comissão da União Africana  
Correio electrónico: [OlomoP@africa-union.org](mailto:OlomoP@africa-union.org)
  - Sra. Rumbidzai Manhando, Coordenadora das Instituições Financeiras da União Africana, CUA  
Correio electrónico: [ManhandoR@africa-union.org](mailto:ManhandoR@africa-union.org)
  - Sra. Mandy Mauyakufa, Secretária, Departamento de Desenvolvimento Económico, Integração e Comércio, CUA

Correio electrónico: [MauyakufaM@africa-union.org](mailto:MauyakufaM@africa-union.org)